

Comissão de Política Urbana analisa projetos sobre sossego

Colegiado da Câmara também discutiu requerimento sobre “Boulevard São João”

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de SP realizou, nesta quarta-feira (11), a primeira reunião de 2026. Durante o encontro, os vereadores analisaram propostas legislativas relacionadas à perturbação do sossego, à exumação de vítimas da pandemia de Covid-19 e a um pedido de esclarecimentos sobre o projeto urbano conhecido como “Boulevard São João”.

Entre as matérias aprovadas está o Projeto de Lei 723/2024, que propõe alterações na Lei de Zoneamento da capital paulista (Lei nº 16.402/2016). A iniciativa trata da definição de um intervalo máximo entre ocorrências de perturbação do sossego ou de uso considerado anormal da propriedade para caracterização de reincidência e aplicação de sanções administrativas.

A proposta estabelece que as infrações consideradas repetidas deverão ocorrer dentro de um período de até 12 meses, para ajustar a regra atual e evitar interpretações que permitam a caracterização de reincidência em intervalos mais longos.

De acordo com a justificativa do projeto, a mudança busca tornar a legislação mais clara e equilibrar interesses relacionados ao funcionamento de atividades econômicas, à realização de eventos e ao direito ao descanso da população.

O relator da matéria na comissão, vereador Fabio Riva (MDB), destacou a importância de buscar um equilíbrio entre diferentes usos



Entre os itens que receberam aval está o Projeto que altera a Lei de Zoneamento

do espaço urbano em uma metrópole como São Paulo. Segundo ele, a cidade reúne atividades econômicas, culturais e turísticas que convivem com áreas residenciais, o que exige regras capazes de conciliar essas dinâmicas com a garantia de tranquilidade para os moradores.

Outra proposta que avançou foi o que trata do prazo para exumação de corpos de pessoas sepultadas durante o período de calamidade pública provocado pela pandemia de Covid-19. O texto recebeu parecer favorável com substitutivo.

A proposta amplia de três para

cinco anos o prazo mínimo para a realização de exumações em alguns casos. A justificativa do projeto aponta que, durante a pandemia, muitos sepultamentos foram realizados com o uso de materiais e substâncias químicas destinados a reduzir riscos de contaminação e proteger trabalhadores e familiares, o que pode retardar o processo natural de decomposição.

A ampliação do prazo busca considerar aspectos sanitários e reduzir possíveis impactos emocionais sobre família que têm de acompanhar procedimentos de exumação.

O relator apresentou um substitutivo ao projeto para permitir uma avaliação mais detalhada sobre a aplicação da medida. Durante a discussão, foi ressaltada a necessidade de analisar a proposta em diálogo com o Serviço Funerário municipal e com os órgãos responsáveis pela gestão dos cemitérios da cidade.

Ainda na reunião, os vereadores discutiram um requerimento relacionado ao projeto urbano conhecido como “Boulevard São João”, iniciativa da Prefeitura de São Paulo voltada à instalação de painéis luminosos e projeções em fachadas de

edifícios da Av. São João, no Centro.

A proposta, apelidada de “Times Square paulistana”, prevê a participação da iniciativa privada e estimativa de investimentos de cerca de R\$ 6 milhões para implantação das estruturas de comunicação visual.

A vereadora Marina Bragante (Rede) apresentou um requerimento solicitando informações sobre o projeto e propondo a presença de representantes de órgãos municipais em reunião da comissão para prestar esclarecimentos. Entre os convidados sugeridos estão integrantes da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), além da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e da Subprefeitura da Sé.

O objetivo é reunir informações técnicas e administrativas sobre o planejamento do projeto todos os seus impactos urbanísticos.

O requerimento, no entanto, teve a votação adiada após solicitação de um dos integrantes da comissão. A sugestão apresentada foi substituir a convocação formal por um convite aos representantes dos órgãos municipais do tema.

Os trabalhos da reunião foram conduzidos pelo vice-presidente da comissão, vereador Fabio Riva (MDB), com participação de Danilo do Posto de Saúde (Pode), Dheison Silva (PT), Dr. Murillo Lima (PP) e Isac Félix (PL).

Câmara aprova criação de subcomissão de calçadas

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara Municipal de SP realizou a primeira reunião do colegiado em 2026. Durante o encontro, os vereadores aprovaram quatro requerimentos, como a criação de uma subcomissão voltada ao debate sobre a situação das calçadas na capital.

A proposta foi apresentada pela vereadora Renata Falzoni (PSB). O objetivo do grupo é analisar a infraestrutura destinada aos pedestres, além de discutir e acompanhar políticas públicas relacionadas à gestão e à governança das calçadas na cidade. A iniciativa também prevê a elaboração de propostas que possam ajudar a melhorar a mobilidade a pé e orientar ações do poder público e da sociedade sobre o tema.

Segundo o documento aprovado, a subcomissão deverá reunir informações técnicas, promover debates e acompanhar medidas voltadas



Objetivo do grupo é analisar a infraestrutura aos pedestres

à qualificação das áreas destinadas à circulação de pedestres.

Ainda na reunião, os integrantes da comissão indicaram a vereadora Rute Costa (PL) para integrar a comissão avaliadora do programa Parlamento Jovem Ensino Médio 2026, iniciativa voltada à participa-

ção de estudantes no legislativo.

Os vereadores aprovaram, também, outros três requerimentos que pedem a realização de audiências públicas. Entre os temas, os impactos da intervenção na área da antiga Serraria do Parque Ibirapuera e a expansão da rede metroviária.

Sabesp e enchentes no Jardim Pantanal

Representantes da Sabesp prestaram esclarecimentos nesta quinta-feira (12) à CPI Pantanal, da Câmara de SP. O colegiado investiga as causas das enchentes recorrentes no bairro Jardim Pantanal, na zona leste da capital.

Durante a reunião, técnicos da empresa apresentaram informações sobre o funcionamento do sistema de esgotamento sanitário na região e os limites operacionais da rede. Também foram abordadas obras em andamento e os impactos provocados pela ausência de infraestrutura.

Segundo a Sabesp, o sistema implantado na área foi projetado exclusivamente para a coleta e o transporte de esgoto doméstico. A rede não foi dimensionada para receber água de chuva, o que pode gerar sobrecarga em alguns dias.

De acordo com os representantes da companhia, a entrada de água pluvial nas tubulações ocorre

principalmente em locais onde não há drenagem urbana adequada. Nessas situações, o volume adicional pode comprometer o funcionamento do sistema e provocar problemas como refluxo de esgoto em residências.

A empresa informou que realiza manutenção preventiva periódica nas redes e nas estações elevatórias que operam no bairro, além de atender solicitações registradas pelos moradores por meio dos canais de atendimento. Em casos de interrupção no fornecimento de energia elétrica, geradores móveis são utilizados para manter o funcionamento das unidades.

Durante a audiência, também foram mencionadas obras vinculadas ao programa Integra Tietê, voltadas à ampliação da capacidade de coleta e ao encaminhamento do esgoto para tratamento na estação do bairro de São Miguel, também na Zona Leste.